

**O amanhã está à venda: ensaio sobre apropriação cultural e racismo na cidade de
Maceió**

Isabelle Cabral de Melo

Michael Gusmão Buarque Aliendro

Universidade Federal de Alagoas

Instituto de Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Simone Maria Hüning

Maceió, 2022

ISABELLE CABRAL DE MELO
MICHAEL GUSMÃO BUARQUE ALIENDRO

**O AMANHÃ ESTÁ À VENDA: ENSAIO SOBRE APROPRIAÇÃO CULTURA E
RACISMO NA CIDADE DE MACEIÓ**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a Conclusão do Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas

Artigo científico defendido e aprovado em: 19 de agosto de 2022

orientadora: Prof^a Dra. Simone Maria Hüning

BANCA EXAMINADORA

Simone Maria Hüning

Marília Silveira

Resumo

O presente ensaio busca analisar o anúncio de um empreendimento imobiliário de luxo no litoral norte de Maceió, Alagoas. A peça publicitária se apropria da imagem indígena para validar a oferta da natureza como produto de consumo. A partir deste material, construímos elos entre pensadores indígenas e a teoria decolonial para pensar sobre como os processos de colonização, racismo, apropriação cultural e uso dos espaços produzem violência, apagamento e exclusão. Por fim, concluímos que o anúncio reforça um discurso racista ao se apropriar da imagem indígena, reiterando padrões coloniais: demarcação e dominação dos espaços, apagamento e esvaziamento da história dos territórios, povos e tudo que escapa da racionalidade colonial.

Palavras-chave: Racismo; Cidade; Apropriação cultural; Povos Indígenas.

O amanhã está à venda: ensaio sobre apropriação cultural e racismo na cidade de Maceió

A partir de uma pesquisa de PIBIC, que investigava processos de subjetivação, territorialidade e empreendimentos imobiliários, nos deparamos com um anúncio de um condomínio de alto luxo se utilizando de um nome indígena. Ao longo da peça publicitária encontramos indicações do que a empresa supõe ser um estilo de vida indígena. Vivência com a natureza, paz longe do caos da cidade, honra aos nossos povos originários. A imagem de uma pessoa indígena como ilustração, utilizada no cabeçalho das primeiras páginas do anúncio, utilizada de forma a legitimar a escolha de um nome indígena para o condomínio a ser construído. Essa ideia do empreendimento nos causou tamanho espanto a ponto de levantar questionamentos e tecer este trabalho.

Trilhando os caminhos

O empreendimento citado se localiza na região norte da capital alagoana. De acordo com Melo (2017) essa região era conhecida por suas belezas naturais e nela habitavam geralmente pessoas de nível socioeconômico mais baixo e que pescavam nas praias da região. Após a inauguração do Parque Shopping, em novembro de 2013, essa área tornou-se alvo da especulação imobiliária.

A construção do shopping implica em uma infraestrutura de grande porte e surgimento de outros estabelecimentos como bares, padarias etc. Isso gera uma mudança no funcionamento da região e na vida de quem ali reside. Na prática pode haver o aumento de aluguéis, energia e outros custos de moradia, logo, muitos habitantes podem se ver obrigados a se mudar uma vez que parte da área e/ou bairro passa a funcionar em torno da classe com maior poder aquisitivo. (Melo, 2017)

Além disso, a cidade de Maceió sofre as consequências do Caso Braskem. Em 2018 foram registrados abalos sísmicos que duraram entre 3 e 4 segundos, de magnitude 2,5 na escala Richter, fato que causou espanto por não existir histórico de tremores de terra na região. Na ocasião, moradores do bairro Pinheiro relataram rachaduras nos imóveis e nas ruas da região. A causa foi investigada e em 2019, o Serviço Geológico Brasileiro apontou que a causa dos tremores foi a mineração de sal-gema realizada pela companhia Braskem, desde 1976. (Farias & Rodrigues, 2019)

Os números do Caso Braskem assustam: são mais de 14 mil imóveis na área de remoção, 57 mil pessoas afetadas, diversos processos na justiça e um acordo, firmado em janeiro de 2020, que prevê o repasse de 12 bilhões de reais para lidar com as consequências do desastre (Brasil de Fato, 2022).

O êxodo urbano causado pela mineração da Braskem produziu uma verdadeira cidade fantasma, uma “máquina de esquecimento” (Silva et al., 2021) em pleno funcionamento, apagando e invisibilizando histórias e vidas de milhares de pessoas. O Caso Braskem intensificou ainda mais os processos de desigualdade social na cidade, uma vez que com a retirada de mais de 50 mil pessoas de suas casas, houve o surgimento de uma demanda extraordinária por moradia, modificando as formas de circular e morar em Maceió. No mapa a seguir, as áreas afetadas pela mineração destacadas em amarelo.



Figura 1: Área afetada pelas operações da Braskem em Maceió, Alagoas.
 Fonte: <http://pinheiro.al.gov.br>

Em meio a maior realocação de pessoas da história da cidade de Maceió, em 2021, foi anunciado o empreendimento imobiliário com nome indígena que se configura como um imóvel de luxo: vastos apartamentos com vista para o mar, localizados ao lado de uma área de preservação ambiental, com unidades custando mais de R\$ 2 milhões de reais.

Ao nos depararmos com o anúncio, e cientes do contexto do bairro em que o prédio será construído e a tragédia que assola Maceió, fomos levados a refletir sobre a manutenção de espaços da cidade, a imagem que se tem dos povos indígenas e porque interessa a um empreendimento milionário vendê-la dessa forma. O que inicialmente poderia parecer respeitoso e uma homenagem à natureza e aos povos originários, logo se mostra uma armadilha.

Buscamos neste ensaio teórico discutir os temas de apropriação territorial, cultural e racismo, tomando como ponto de partida um anúncio publicitário sobre um empreendimento imobiliário localizado na região norte da cidade de Maceió, em intenso diálogo com produções de autores e autoras indígenas, evidenciando processos de exclusão e violência muitas vezes invisibilizados.

Assim, iniciamos com uma breve revisão da literatura produzida por autores indígenas, tecendo caminhos entre as obras de Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Kaka Werá Jecupé, para refletir sobre o início da colonização e seus efeitos sobre os povos originários, a maneira com que o racismo foi ferramenta principal para a apropriação de terras por parte dos colonizadores. Também trazemos Silvio Almeida e Rodney William, com seus estudos sobre apropriação cultural, exemplificando uma das maneiras que violências racistas foram se aprimorando ao longo dos anos e se tornando mais sutis.

Após isso, utilizaremos o arcabouço citado para analisar o discurso do anúncio, discutindo a romantização da natureza vendida pelo empreendimento com a literatura indígena referenciada. Somaremos a essa reflexão as contribuições de Achille Mbembe para entender os efeitos do empreendimento no esquadrinhamento de territórios, que pode produzir sujeitos enclausurados, vigiados e marginalizados.

Nosso desejo é contribuir com o tema a partir de uma escrita ética, política e epistemologicamente comprometida com o enfrentamento das desigualdades e do racismo, possibilitando pensar formas de insurreição e estratégias de enfrentamento às violências empregadas pelo Estado e pelo capital.

É preciso um pensamento crítico e reflexivo para não cairmos nas armadilhas de uma representatividade esvaziada, não implicada com os processos de resistência e transformação das condições que produzem a desigualdade e a invisibilização de sujeitos não-brancos em nossa sociedade.

A Colonização e a Terra

Os grupos indígenas são seres humanos que tecem e desenvolvem sua cultura e civilização intimamente ligadas à natureza. Viviam assim até a chegada das Grandes Canoas dos Ventos no século XVI (chegada dos portugueses) e ainda tentam viver mesmo com toda a

história de violência, massacre e genocídio trazidos pelos portugueses até os dias atuais (Jecupé, 2020).

Nos primeiros 30 anos da chegada de Cabral ao que viria a ser o Brasil, a relação entre os colonizadores e os nativos funcionava por meio de permuta. Pau-brasil era trocado por objetos como camisas, facas e outras ferramentas e não houve registros de maiores problemas na época. Porém, foi em 1531 com a chegada de Martim Afonso de Souza que o cenário se modificou. Foram criadas as capitanias hereditárias com o propósito de desenvolver plantações de cana-de-açúcar, algodão e apreensão de pessoas para escravização e exportação. Para tanto, precisavam de mão de obra e os governos criaram os Dragões da Coroa que viriam a ser os bandeirantes. Foi a partir dessa divisão e apropriação de terras que começou o horrendo massacre indígena (Jecupé, 2020).

Ou seja, desde o início da colonização a apropriação de terras é o objetivo para expansão da subjetividade do colonizador. E dentre as várias armas e artimanhas utilizadas nesse violento processo, o racismo foi a principal ferramenta discursiva para aplicar dinâmicas de poder, hierarquizações entre os colonizadores e os colonizados. Como apontado por Aníbal Quijano (2005):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (Quijano, 2005, p. 118)

A operação colonial promoveu a destruição material, dos modos de vida e linguagens dos povos originários, estabelecendo uma dominação em diversas esferas da vida social que perduram até a atualidade. Nesse sentido, Grosfoguel (2016) aponta uma hierarquização particular na esfera epistemológica, na qual o conhecimento produzido por homens de cinco países europeus se tornou a regra e régua para todo o globo, viabilizado pelo que ele denominou de racismo/sexismo epistêmico.

Quando o colonizador europeu chegou aqui e invadiu as nossas terras ele já não sabia mais sonhar. Por isso os corpos indígenas sentiram o peso do chumbo, a dor das armas biológicas como a gripe, a varíola, a sífilis. Os ventres das mulheres indígenas foram duramente violados e todos, homens e mulheres, sentiram a catequese atravessar as suas almas como uma flecha envenenada matando seus ritos, cantos e tradições. Mas não morreremos. (Dorrigo, 2019).

Por isso a importância de uma escrita implicada a partir de vozes de autores e autoras indígenas como uma forma de documentar suas histórias e para não ocorrer o que Dorrigo (2019) chamou de literatura indianista que é a escrita feita sobre indígenas por corpos não indígenas de uma forma que apenas os objetifica.¹

Os povos indígenas são muito diversos entre si, há uma variedade de grupos étnicos com crenças, credos e rituais diferentes. Quando os portugueses atracaram as caravelas no litoral, por exemplo, a língua e a população indígena predominante era a Tupy, mas existiam três outros troncos também dominantes: os Karib, presente da América central, do sul e especialmente no Alto do Xingu, o Aruak, presente no Brasil, Guianas, Antilhas e Flórida e o Jê, presente somente no planalto central brasileiro e arredores (Jecupé, 2020).

¹ E o que difere este ensaio de uma literatura indianista? Afinal, foi em nome do "bem" e do "progresso" que ocorreram os maiores genocídios e etnocídios da história. Assim, compartilhamos a visão ética, política e epistemológica de que qualquer análise não deve apenas tomar algo como objeto de investigação, mas colocar em evidência também quem investiga. Nossa posição como pessoas não-indígenas é fundamental para as possibilidades de interpretação e de análise que pretendemos realizar.

Há uma ideia errônea de que a população indígena é ágrafa pelo fato de terem uma história oral muito marcada, mas a frase de Dorrico exemplifica: “O que é a literatura se não uma história bem contada?” (Dorrico, 2019).

De acordo com Carvalho e Santos (2021), o número de literatura indígena cresceu imensamente da década de 90 para os dias atuais e essa é uma forma de registrar de forma documental sua história não só para si, mas também para a população não-indígena.

Entretanto, desde a chegada dos colonizadores as práticas coloniais se tornaram mais refinadas e sutis. Um exemplo disso são empresas que passam a ter vagas exclusivas para pessoas negras, as contratam, porém no funcionamento da empresa elas continuam sendo ignoradas e excluídas. Silvio Almeida (2019) discute que o racismo é estrutural e passa por dimensões que, às vezes, não percebemos. Isso quer dizer, por exemplo, que em muitos casos práticas que parecem ser reparadoras na verdade perpetuam uma perspectiva colonial.

Rodney William em seu livro *Apropriação Cultural* (2019) alerta sobre os perigos de uma suposta representatividade que às vezes desemboca em apropriação cultural. Essa seria então “um mecanismo de opressão por meio do qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, esvaziando de significados suas produções, costumes, tradições e demais elementos.” (William, 2019, p. 29)

Outra forma de violência racial se dá através das burocracias do Estado, as legislações. Em 2020, a PL 191 regulamentou condições para mineração em terras indígenas e propôs a indenização aos povos afetados pelas operações. Apesar de propor compensação financeira para os indígenas, é notável que quem se beneficia das práticas predatórias de exploração dos recursos naturais são o garimpo ilegal e o agronegócio, que historicamente devastaram fauna, flora, cultura e territórios por onde se estabeleceram.

Em *O amanhã não está à venda* (2020), Ailton Krenak relata que a população indígena vive há muito tempo em uma situação de isolamento, em espaços esquadrihados e

limitados. Esses tiveram suas terras tomadas e desde então vivem em situações precárias e na luta por direitos básicos. Enquanto isso, já que esse grupo foi delimitado, roubado, alguém tomou as terras para si e conseguiu enriquecer a partir delas.

A história por trás do nome



Figura 2: Pessoa indígena representada no anúncio imobiliário. (Prime Incorporações, 2021, p. 4)

Kaá em Tupi-Guarani significa planta, mato, verde. Além de ser a palavra que nossos ancestrais usavam para se referir a diversas espécies da flora nativa, Kaá também dá nome à erva-mate, planta com propriedades desintoxicantes e regenerativas. Kaá sintetiza aquilo que queremos te proporcionar: um *detox* de tudo aquilo que faz sua rotina ser tão estressante. Você merece a experiência de viver ao lado de uma área de preservação permanente, a poucos passos de uma estrutura pé na areia e com tudo aquilo que apenas sol e mar podem curar. (Prime Incorporações, 2021, p. 4)

A apresentação do imóvel se inicia com o fragmento apresentado anteriormente, explicando as razões que motivaram a escolha desse nome para o condomínio. Assim, um horizonte de interpretação que se abre a partir da leitura do anúncio imobiliário é o de uma apropriação da cultura indígena.

De acordo com William (2019), essa se caracteriza pelo processo de depuração, esvaziamento e apagamento dos traços da cultura de origem. Tem-se uma foto de um homem indígena e supostas características que conectariam quem ali reside com o que seria, de acordo com o anúncio, uma forma de vida indígena. Mas não se trata de uma homenagem e sim de uma violência. Símbolos da cultura de origem são usados puramente para fins estéticos, os grupos indígenas em nada são beneficiados e estereótipos são reforçados.

A imagem indígena é assim instrumentalizada para avaliar um modo particular de destruição da natureza, extraindo da natureza recursos para atender às necessidades impostas por modos de vida particulares das cidades. Nesse sentido, a literatura produzida por indígenas aponta que grande parte dos povos possuem modos de vida intensamente conectados com a natureza, vivendo com o que a "Mãe-Terra" fornece e dentro de sua própria temporalidade, completamente avesso ao que encontramos no empreendimento em questão.

Idealizamos o Kaá para te imergir em um contato direto e profundo com a natureza. Por isso, o projeto paisagístico é assinado por Alex Hanazaki, um dos grandes nomes do paisagismo contemporâneo brasileiro. Com seu perfeccionismo, ele transforma projetos em cenários surpreendentes, carregados de memória emocional. Aqui, criamos soluções para promover a integração morador-natureza nos mínimos detalhes. Por esse motivo, dispusemos espelhos d'água e uma praça repleta de verde por todos os lados. Prezamos por soluções que transformem nosso projeto em uma ode à tudo aquilo que é natural. Porque você merece a paz que só o que vem da Terra traz. (Prime Incorporações, 2021, p. 6)

Duas visões de mundo antagônicas se põem em conflito: de um lado, uma hierarquização, a concepção de que a natureza deve servir aos propósitos dos seres humanos, estes considerados como superiores e senhores do mundo. Do outro, uma perspectiva de igualdade entre os seres vivos, todos fazendo parte de uma só natureza e um só mundo.

Entretanto, é importante frisar que o fato de os grupos indígenas terem um modo de vida em diálogo com a natureza, isso não quer dizer que não possam compreender pessoas fora de seu meio, escrever, ler e viver em sociedades urbanas. Muitos deles inclusive migraram para a cidade para conquistar seus direitos e continuaram em contato com suas origens. A violência surge a partir da ideia de que indígenas “precisavam ser civilizados”, o estereótipo selvagem sendo responsável pelo silenciamento e epistemicídio de séculos desses povos.

Em *A vida não é útil* (2020), Ailton Krenak discute sobre como o ser humano teria escolhido uma visão de mundo branca hegemônica e o que não cabe nessa visão está subjugado: sejam quilombolas, indígenas, animais ou recursos naturais. Nessa visão, a terra é apenas um provedor de recursos supostamente ilimitados. Porém, como dito no livro, a pandemia da COVID-19 mostrou que o ar que respiramos pode ser perigoso. A terra é um organismo vivo, um planeta com recursos limitados que precisa e deve ser cuidada e não é apenas o meio de exploração, um bem de consumo disponível ao nosso bel prazer. A proposta do anúncio visa um modo de vida mais próxima a natureza, porém a partir de um olhar mais afiado é possível perceber que a ‘natureza’ do anúncio funciona apenas como meio de servir a quem ali vai morar. A praia serve como um modo de relaxamento, a garagem possui paredes verdes para conectar a uma ideia de estar imerso em meio a natureza, logo, não há nenhum respeito.

Considerando a própria geografia do território, composto por áreas de preservação, o que se cria efetivamente é um enclave em pleno litoral da cidade, erguendo uma estrutura privada e exclusiva, com acesso controlado e mediado por quem ali reside. A partir dessas demarcações físicas e geográficas, o empreendimento pode ser entendido como uma ocupação colonial, que visa produzir fronteiras e hierarquias. A divisão que se efetiva nesse

território é materialmente densa, regulando na prática o trânsito de pessoas nessa região, definindo quem deve circular e quem pode ter acesso aos recursos naturais do local.

A criação e manutenção de fronteiras e controles de acesso promovem um recorte territorial, tal como uma zona de guerra. De um lado, o empreendimento e suas tecnologias de segurança, fora dele, os inimigos perigosos dos quais devem se proteger. O que é contraditório ao considerar que toda a proposta do condomínio é um suposto diálogo com o modo de vida indígena, mas certamente não são indígenas que irão morar lá. Diante de um cenário de guerra, a paz se torna uma mercadoria e pode então ser anunciada e comercializada pelo empreendimento. Através das considerações de Achille Mbembe, podemos entender as bases dessa guerra:

No pensamento filosófico moderno, na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’ (Mbembe, 2016, p. 132)

A fabricação de um inimigo é uma operação primordial no emprego dessa máquina de guerra, que articula os interesses privados, o poder público e o racismo, este como fundamento de classificação dos corpos e das vidas. O inimigo é todo o excesso, tudo aquilo que não se enquadra no modo de vida colonial, que não é entendido como parte da humanidade e que se espalha para além da própria espécie. São, além dos indígenas, pretos, fauna, flora, rios, mares e tudo que escape da lógica de dominação e exploração.

Ailton Krenak, em *A vida não é útil*, oferece uma crítica a essa noção de humanidade:

É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o

progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade — alguns de nós fazemos parte dela.

(Krenak, 2020, p. 7)

O anúncio correlaciona viver próximo a natureza com processos de cura, utilizando uma estética que alude aos povos indígenas para garantir validade e legitimidade. Em primeiro lugar, estabelecer esse tipo de relação parte de um preconceito baseado na raça, uma vez que restringe a vida dos indígenas à "natureza selvagem". Não existem indígenas na cidade? Em segundo lugar, apresenta um aspecto de violência territorial: para o branco há plena e ampla oferta dos recursos naturais, para os povos indígenas repressão, violência e exploração.

O discurso desse anúncio captura a imagem indígena em figuras estáticas e estereotipadas. Isso é uma forma de racismo porque coletiviza uma multiplicidade de pessoas e aldeias que são distintas. Terras são destruídas, pessoas mortas e vidas completamente despedaçadas em nome do progresso e de um benefício que é para uma população mínima.

A construção de um edifício com inúmeras unidades habitacionais, em plena área de preservação ambiental, utiliza recursos naturais como material publicitário, realizando o que entendemos como uma *comoditização* da natureza. Como efeito, essa natureza-produto é utilizada em um argumento de venda, com o intuito de convencer o comprador de que ele estará em comunhão com a natureza, o que é uma clara contradição. O empreendimento, na verdade, promove exploração e destruição para o benefício de poucos.

William também frisa esse ponto: “Por esse motivo, quando a sociedade de consumo transforma em produtos os hábitos e expressões de grupos discriminados, é necessário que se avalie com critério suas intenções e desdobramentos.” (William, 2019, p. 66)

Os condomínios são construídos cada vez mais com espaços que busquem dar conta de todas as áreas da vida: trabalhos, esportes, alimentação, social etc. Com o efeito da pandemia pôde-se observar inclusive novos espaços como o home-office. Essa limitação também pode ser um problema, uma vez que a maior parte das interações sociais se reduz às pessoas semelhantes. Isso, mais uma vez, contribui para a separação do diferente (Silva, 2016), invisibilizando outras possibilidades de subjetivação. E não é muito diferente do que, segundo Munduruku (2009), os portugueses fizeram ao iniciar a colonização:

(...) negavam humanidade aos povos indígenas porque traziam consigo uma noção de tempo e trabalho calcada no mito judaico-cristão da criação que pregava que o homem deveria dominar a natureza, submetê-la a seus caprichos e tirar dela tudo o que pudesse (Munduruku, 2009, p. 23)

O discurso sobre sustentabilidade também está presente no anúncio. São oferecidas possibilidades de escolha de plantas, hortas comunitárias e projetos paisagísticos dentro do residencial. Claro que opções sustentáveis são melhores, mas é válido perguntar: sustentáveis para quem? Se o modo de vida indígena fosse seguido, ao menos em linhas gerais, as terras onde foi construído o condomínio teriam sido preservadas e respeitadas.

Krenak (2019) aponta que por mais sustentável que algumas ideias possam ser, as vezes são nada mais que um sistema de retroalimentação para a contínua destruição do planeta. Temos e teremos muitos condomínios, mas somente um planeta: este em que vivemos.

Considerações finais

A partir da discussão realizada buscamos questionar discursos que muitas vezes nos passam despercebidos. É importante refletir e questionar o nosso entorno pois ele afeta nossa subjetividade e nossas práticas cotidianas.

A pauta indígena ainda é muito negligenciada pela população em geral. Poucos foram os momentos na graduação em que tivemos contato com a literatura indígena. Porém conforme discutido por Krenak, a população indígena segue resistindo e atenta às sutilezas das opressões. É nosso dever enquanto população branca conhecer e respeitar o modo de vida desses grupos étnicos, seus pontos de vista, suas histórias e não contribuir para mais massacres, violências e silenciamentos.

A construção do residencial é mais um processo de segregação e exclusão social da cidade de Maceió a partir do enclave que esse condomínio constrói porque isola a população que ali reside do encontro com a alteridade. Apesar de apresentar um discurso de sustentabilidade, a própria construção dele é uma violência para com a natureza porque são milhares de resíduos produzidos além de ser próximo a uma área de preservação ambiental, ou seja, o próprio condomínio vai contra a sustentabilidade.

Mesmo com o desastre dos bairros da orla lagunar na capital alagoana e um grande problema de êxodo e sustentabilidade, ao invés de haver um maior investimento e atenção na mídia, pressupostos como o da ‘sustentabilidade’ são incorporados aos discursos publicitários, mas nada de fato é resolvido, a destruição da natureza segue sendo corroborada.

Como discutido a partir dos autores deste trabalho, o processo de refinamento do racismo e criação de zonas de guerra é algo sutil. O residencial, a princípio, pode parecer apenas mais um edifício, entretanto se configura como mais uma peça no maquinário de guerra presente nas democracias liberais, guerra que desenvolve uma biopolítica, esquadrihando vidas, territórios e produzindo sujeitos enclausurados, vigiados e marginalizados.

A revisão de literatura indígena realizada também afirma que essa população está cada vez mais presente na escrita e no mundo acadêmico, e sem perder suas origens, sendo

muitos de seus escritos a literatura infantil que é uma excelente forma didática de difundir suas vozes no ensino básico, por exemplo.

Por fim, esse trabalho buscou ser uma contribuição para a pesquisa em diálogo com a literatura indígena. Como apontamentos para pesquisas futuras, avaliamos que o litoral norte de Maceió se apresenta como um potencial campo de pesquisa, devido ao processo de gentrificação que tem ocorrido na região nos últimos anos.

A pauta da natureza/sustentabilidade é de grande importância, mas somente um trabalho de conscientização não é suficiente. Faz-se necessário pensar em outras formas de visibilizar os sujeitos que são excluídos e segregados em nossas cidades, viabilizando e fortalecendo estratégias de resistência às formas de sujeição empreendidas pelo Estado e pelo capital. Por fim, gostaríamos de encerrar com um poema de Graça Graúna:

Nós, povos indígenas do mundo, unidos numa grande assembleia

de homens sábios, declaramos a todas as nações:

Quando a terra-mãe era o nosso alimento

quando a noite escura formava o nosso teto,

quando o céu e a lua eram nossos pais,

quando todos éramos irmãos e irmãs,

quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes,

quando a justiça dirigia a lei e sua execução,

aí outras civilizações chegaram!

Com fome de sangue, de ouro, de terra e de todas as suas

riquezas,

trazendo numa mão a cruz e na outra a espada,

sem conhecer ou querer aprender

os costumes de nossos povos,

nos classificaram abaixo dos animais.

Roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas,

transformando em escravos os “Filhos do Sol”.

Entretanto, não puderam nos eliminar, nem nos fazer

esquecer o que somos,

porque somos a cultura da terra e do céu

porque somos de uma ascendência milenar e somos milhões.

Mesmo que nosso universo seja destruído,

NÓS VIVEREMOS,

por mais tempo que o império da morte! (Graúna, 2013, p. 78-79)

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Editora Jandaíra.
- Brasil de Fato. (2022). *Braskem: moradores de bairro que afundou em Maceió cobram há 4 anos reparação de mineradora*. Brasil de Fato. Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/22/braskem-moradores-de-bairro-que-afundou-em-maceio-cobram-ha-4-anos-reparacao-de-mineradora>
- Carvalho, E. M. d. S., & Santos, R. L. d. (2021). Literatura indígena: entre memórias. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3019>
- Dorrigo, J. (2019). *A literatura indígena: conhecendo outros brasis*. TEDxUnisinos. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gKVOXmuEbwU>
- Farias, M., & Rodrigues, C. (2019). *Serviço Geológico confirma relação das ações da Braskem com as rachaduras no Pinheiro, Mutange e Bebedouro*. G1. Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/08/cprm-confirma-relacao-das-acoes-da-braskem-com-as-rachaduras-no-pinheiro-mutange-e-bebedouro.ghtml>
- Freire, C. A. d. R., UNESCO, Ministério da Educação, & Museu Nacional. (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. UNESCO. Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154566>
- Graúna, G. (2012). Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. *Educação & Linguagem*, 15(25), 266-176. <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v15n25p266-276>
- Graúna, G. (2013). *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Mazza.

- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-50. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Jecupé, K. W. (2020). *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. Editora Peirópolis.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica (R. Santini, Ed.). *Arte & Ensaios*, (32), 123-151. Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Melo, J. C. (2017). *A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira da cidade de Maceió-Alagoas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1667>
- Munduruku, D. (1997). *Histórias de índio*. Companhia das Letrinhas.
- Munduruku, D. (2009). Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. *Revista Múltiplas Leituras*, 2(1), 21-29. <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v2n1p21-29>
- Prime Incorporações. (2021). *Kaá Residencial*. [Anúncio publicitário]. Acessado em 18 de agosto de 2022 mediante solicitação pelo URL <https://primeincorporacoes.com.br/empreendimentos/lancamentos/>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Colección Sur. Acessado em 18 de

agosto de 2022 pelo URL

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf

Silva, V. M. (2016). *A constituição dos processos de urbanização como objeto da Psicologia no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas].

Acessado em 18 de agosto de 2022 pelo URL

<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2318>

Silva, W. V. N., Guareschi, N., & Hüning, S. M. (2021). Entre guerras e ruínas: uma política de memória nas cidades. *Revista Estudios Avanzados*, 35, 83-94.

<https://doi.org/10.35588/estudav.v0i35.5327>

William, R. (2019). *Apropriação cultural*. Editora Jandaíra.